

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Ana Caroline Nunes Couto ¹
Gabriela Beck Pires ²
Lucas da Silva Boff ³
Rafaela Alves Moreira ⁴
Heidi Daiana Machado de Oliveira ⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar vivências e atividades por estudantes dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), realizadas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Otávio Rosa, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A experiência possibilitou o primeiro contato dos licenciandos com o ambiente escolar, buscando promover o acesso à educação de qualidade por meio de aulas desenvolvidas em conjunto com o professor regente, bem como da confecção e aplicação de jogos matemáticos como recursos pedagógicos. Ao longo de dois semestres, o foco esteve centrado no processo de aprendizagem dos discentes; paralelamente, observou-se a ampliação da visão de mundo, além do amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal enquanto futuros docentes. Os projetos desenvolvidos, voltados à garantia de um ensino de qualidade — direito fundamental assegurado pela Constituição Federal vigente — demonstraram relevância no contexto escolar; entretanto, destaca-se como principal contribuição do programa a inserção efetiva no cotidiano da escola, possibilitando reflexões e práticas que impactaram tanto a formação dos alunos quanto a dos futuros professores envolvidos.

Palavras-chave: PIBID, Formação Docente, Ensino de Matemática e Física, Educação Básica.

- 1 Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - RS, anacouton@rede.ulbra.br;
- 2 Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - RS, gabrielabeckpires@hotmail.com;
- 3 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - RS, lucasboff.rs@gmail.com;
- 4 Graduada do Curso de Licenciatura em Física da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - RS, rafaelaalvesmoreira444@gmail.com;
- 5 Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - RS e Pós Graduada do Curso de Especialização em Matemática na Prática do Ensino Médio na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - RS, heidi-machado@educar.rs.gov.br.



INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos (EDH) constitui-se como dimensão essencial da formação escolar, ao contribuir como dimensão indispensável da formação escolar, ao promover valores como dignidade, respeito à diversidade, inclusão e participação social. Nesse sentido, a escola assume papel fundamental na construção de uma cultura democrática, ultrapassando a mera transmissão de conteúdos e consolidando-se como espaço de formação cidadã.

A perspectiva crítica da educação, defendida por Paulo Freire, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que articulem reflexão e ação, possibilitando aos estudantes a compreensão de sua realidade e o exercício da cidadania. Essa concepção também orienta a formação inicial docente, que deve integrar teoria e prática desde os primeiros contatos com o contexto escolar.

Nesse cenário, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) destaca-se como espaço formativo que aproxima universidade e escola desde o início da graduação, favorecendo experiências pedagógicas comprometidas com a inclusão e os direitos humanos. O programa possibilita o contato dos licenciandos com a realidade da sala de aula, propiciando que interajam, enriquecendo o processo de formação com a prática. Em diálogo com experiências anteriores voltadas à sustentabilidade e às metodologias lúdicas, este artigo analisa a importância do PIBID na iniciação à docência, evidenciando sua contribuição para a construção de uma prática educativa crítica, ética e socialmente comprometida.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Otávio Rosa.

As atividades ocorreram ao longo de dois semestres letivos e tiveram início em um contexto específico: no começo do ano, a escola encontrava-se sem professor de Língua Inglesa. Diante dessa demanda, os bolsistas do PIBID passaram a atuar nos períodos destinados à disciplina, desenvolvendo atividades de iniciação científica.



A proposta metodológica consistiu na elaboração e aplicação de sequências didáticas voltadas ao desenvolvimento do pensamento científico, da curiosidade investigativa e da resolução de problemas. As intervenções buscaram promover o protagonismo estudantil e assegurar o direito à aprendizagem, mesmo em um cenário de ausência docente específica.

Além da atuação em sala de aula, os bolsistas participaram de atividades de organização escolar, colaborando com a preparação de materiais didáticos, apoio logístico em demandas cotidianas e organização de espaços pedagógicos. Essas ações possibilitaram compreender a dinâmica institucional e a importância da estrutura organizacional para a garantia de uma educação pública de qualidade.

Também houve inserção na secretaria escolar, com auxílio em tarefas administrativas, organização de documentos e registros acadêmicos. Essa vivência contribuiu para a compreensão de que o direito à educação não se restringe à prática docente, mas envolve processos administrativos que assegurem acesso, permanência e acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes.

Em situações específicas, os bolsistas realizaram substituições de professores, assumindo a condução de aulas e garantindo a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Nessas ocasiões, foram aplicadas atividades previamente planejadas, respeitando o currículo escolar e priorizando metodologias participativas e inclusivas.

Os dados deste relato foram sistematizados por meio de registros reflexivos, relatórios periódicos e trocas de experiências entre os integrantes do programa. A análise dessas vivências evidencia que a inserção direta e ativa no cotidiano escolar - especialmente em contextos de ausência docente - fortaleceu a formação inicial dos licenciandos e contribuiu para assegurar o direito dos estudantes a uma educação de qualidade, conforme preconizado pela legislação educacional brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação em Direitos Humanos, respaldada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende a educação como direito fundamental e instrumento de cidadania. No campo das Ciências da Natureza e da Matemática, esse princípio relaciona-se diretamente ao direito ao acesso ao conhecimento científico, condição essencial para a participação crítica na sociedade contemporânea.



O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos orienta que a escola promova práticas pedagógicas que desenvolvam autonomia intelectual e pensamento crítico. Nesse sentido, o ensino de Matemática e Física não deve limitar-se à transmissão de conteúdos técnicos, mas contribuir para o letramento científico — entendido como a capacidade de interpretar fenômenos, analisar dados e tomar decisões fundamentadas.

A perspectiva freireana reforça que o ensino deve partir da realidade concreta dos estudantes. Como afirma Paulo Freire, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 11), indicando que o conhecimento científico precisa dialogar com as vivências dos educandos. No ensino de Matemática e Física, isso se concretiza por meio de metodologias ativas, resolução de problemas contextualizados e uso de recursos lúdicos, como jogos pedagógicos.

Sob a ótica de Demerval Saviani (2011), a escola deve garantir o acesso ao saber elaborado, possibilitando que os estudantes se apropriem criticamente do conhecimento científico. Já Vera Maria Candau ressalta que a inclusão educacional exige práticas que reconheçam as diferenças culturais e cognitivas presentes na sala de aula. No ensino de Ciências Exatas, isso implica estratégias que considerem ritmos de aprendizagem distintos e promovam acessibilidade pedagógica.

No âmbito da formação inicial, António Nóvoa (1992) destaca que a construção da identidade docente ocorre na articulação entre teoria e prática. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ao inserir licenciandos no cotidiano escolar, possibilita que futuros professores de Matemática e Física desenvolvam práticas inclusivas e reflexivas, comprometidas com a democratização do conhecimento científico. Assim, o ensino de Matemática e Física, quando orientado pelos princípios dos direitos humanos, ultrapassa a dimensão técnica e assume função social: formar sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade, exercendo plenamente sua cidadania.

A construção da identidade docente não ocorre de forma isolada, mas sim através de um processo de aquisição e mobilização de saberes. Para entender essa dinâmica, é imprescindível recorrer à obra de Maurice Tardif, que define os saberes docentes como um “saber plural, formado pela amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2014, p. 36).

Tardif classifica os saberes em quatro grandes categorias:



1. Saberes da formação profissional: conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores (ciências da educação e saberes pedagógicos).
2. Saberes disciplinares: correspondem aos diversos campos do conhecimento, às disciplinas oferecidas pela universidade (como Matemática, História, etc.).
3. Saberes curriculares: correspondem aos programas e diretrizes que a escola deve aplicar.
4. Saberes experienciais: aqueles que brotam da própria experiência do professor no cotidiano escolar, sendo validados pela prática.

No contexto do PIBID, o licenciado tem a oportunidade única de começar a construir seus saberes experienciais antes mesmo da conclusão do curso. Enquanto o currículo acadêmico foca majoritariamente nos saberes disciplinares e de formação profissional, o PIBID atua como uma ponte que conecta esses conhecimentos à realidade da sala de aula. Essa "amálgama" citada por Tardif começa a se formar de maneira orientada e reflexiva.

A Educação em Direitos Humanos entra nesse processo como o norteador ético. Ao atuar no PIBID, o bolsista não apenas ensina um conteúdo, mas vivencia as relações de poder, as diversidades e as vulnerabilidades presentes na escola. A prática da EDH no programa permite que o futuro professor desenvolva a sensibilidade necessária para reconhecer o aluno como sujeito de direitos, integrando a teoria democrática à prática pedagógica cotidiana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção dos bolsistas no cotidiano escolar evidenciou, inicialmente, os desafios estruturais enfrentados pela escola pública, como a ausência de professor em determinadas disciplinas. Nesse contexto, a atuação do PIBID nos períodos sem docente de Língua Inglesa possibilitou a continuidade do processo educativo por meio de atividades de iniciação científica, assegurando aos estudantes o direito à aprendizagem.

As intervenções realizadas demonstraram que metodologias participativas e investigativas favoreceram maior engajamento dos alunos, estimulando a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia intelectual. A proposta de resolução de problemas e atividades contextualizadas aproximou os conteúdos escolares da realidade dos estudantes, em consonância com a perspectiva de Paulo Freire, que defende a articulação entre leitura de mundo e leitura da palavra.



Um dos pontos mais sensíveis da iniciação à docência é o confronto entre a idealização da profissão e a realidade escolar. É comum que o licenciando sinta uma intensa vontade de atuar, impulsionada pelo desejo de transformação social, mas que essa vontade seja acompanhada pelo medo — medo do descontrole da turma, da falta de domínio do conteúdo ou da incapacidade de lidar com conflitos. O PIBID suaviza esse "choque de realidade". Ao proporcionar uma inserção assistida por supervisores (professores da escola) e coordenadores (professores da universidade), o programa transforma o medo em curiosidade investigativa e o erro em oportunidade de aprendizado.

Observou-se também que a vivência em diferentes espaços da escola — sala de aula, secretaria e organização institucional — ampliou a compreensão dos licenciandos acerca da complexidade do trabalho docente. A participação em atividades administrativas evidenciou que o direito à educação envolve não apenas o ato de ensinar, mas uma rede de ações que garantem acesso, permanência e acompanhamento escolar.

Nas situações de substituição docente, os bolsistas assumiram a condução das aulas, exercitando planejamento, mediação pedagógica e gestão de turma. Essas experiências contribuíram significativamente para a construção da identidade profissional, conforme destaca António Nóvoa (1992), ao afirmar que a formação docente se consolida na articulação entre teoria e prática.

Do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos, as ações desenvolvidas reforçam a importância de práticas inclusivas e do reconhecimento das diferentes formas de aprendizagem, dialogando com as contribuições de Vera Maria Candau acerca da valorização da diversidade no espaço escolar. Além disso, ao garantir o acesso ao conhecimento científico e matemático, as intervenções alinham-se à concepção de Dermeval Saviani, que defende a escola como espaço de socialização do saber sistematizado.

Assim, os resultados indicam que o PIBID não apenas contribuiu para minimizar lacunas momentâneas no quadro docente, mas também fortaleceu a formação crítica e ética dos futuros professores, consolidando a escola como espaço de cidadania e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no âmbito do PIBID evidenciou que a iniciação à docência, quando articulada aos princípios da Educação em Direitos Humanos, contribui significativamente para a formação de professores comprometidos com a democratização do ensino.



A atuação em contextos reais, especialmente diante de desafios como a ausência de professores, permitiu aos licenciandos compreender a dimensão social da profissão docente e a responsabilidade ética envolvida na garantia do direito à educação. Mais do que aplicar conteúdos, a experiência possibilitou refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas, sobre a organização da escola e sobre o papel da educação na construção da cidadania.

O programa mostrou-se fundamental na consolidação da identidade docente, ao proporcionar vivências que integram teoria e prática, planejamento e ação, reflexão e intervenção. Além disso, reafirmou a escola pública como espaço de formação humana, social e científica.

Conclui-se que o PIBID constitui política pública essencial para o fortalecimento da formação inicial de professores, promovendo experiências que impactam simultaneamente a aprendizagem dos estudantes da educação básica e o desenvolvimento profissional dos futuros docentes. Investir em programas que promovam a inserção precoce do licenciando na escola básica significa fortalecer não apenas a qualidade do ensino, mas também a valorização da profissão docente e a construção de sistemas educacionais mais equitativos. Nesse sentido, a articulação entre universidade e escola revela-se estratégica para a construção de uma educação pautada nos direitos humanos, na inclusão social e na qualidade de ensino.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a todos os envolvidos que lutaram e tornaram o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) possível. Agradecemos de forma especial à professora orientadora Heidi Daiana Machado por todo incentivo e apoio ao longo da construção deste projeto e a todos da equipe da Escola Estadual de Ensino Fundamental Otávio Rosa por proporcionar experiências enriquecedoras aos seus "pibidianos".

Estendemos também nossa gratidão aos estudantes que participaram de forma ativa nas atividades propostas, cuja curiosidade, envolvimento e disposição para aprender tornaram possível a construção coletiva das experiências relatadas, contribuindo significativamente não somente para nossa formação acadêmica e humana como para o processo de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

